

**RELATÓRIO DE RISCOS E OPORTUNIDADES
SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICAS (GRSAC)**

RESOLUÇÃO BCB N° 139 DE 15/9/2021

MARÇO DE 2025

Índice

| | |
|--|---|
| 1. Tabela GVR: Governança da gestão dos riscos social, ambiental e climático | 3 |
|--|---|

1. Tabela GVR: Governança da gestão dos riscos social, ambiental e climático

Escopo do documento: Tabela GVT - preenchimento obrigatório para S3

Pergunta (A):

Identificação das instâncias de governança da instituição com atribuições no gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático.

Considerar as instâncias em seus diversos níveis (estratégico, tático, operacional, de controle e compliance, nos termos da Resolução nº 4.595, de 28 de agosto de 2017), com destaque para o Conselho Administrativo, a Diretoria, o CRO, o Comitê de Riscos, o Comitê de Auditoria, e demais comitês existentes, unidades de negócio e unidades de gerenciamento de risco.

1. Reunião da Diretoria Executiva

O JPMorgan Brasil¹ possui uma Reunião da Diretoria Executiva, em que os membros são o Diretor Presidente e outros Diretores Executivos do JPMorgan Brasil. Os diretores atuam como representantes legais do grupo JPMorgan Brasil e são responsáveis por revisar e aprovar matérias administrativas (como políticas e procedimentos), garantindo o estabelecimento e a implementação consistente da estratégia da franquia entre todas as áreas de negócio e funcionando como o fórum máximo de escalação de itens de controle e regulatórios.

2. Comitê de Riscos Brasil – “BRC”

O BRC é liderado pelo Diretor de Risco (CRO) do Brasil e conta com a participação de sub-áreas de risco, como Risco de Liquidez, Risco de Mercado, Risco de Crédito, Risco Operacional, Risco de País, Risco Ambiental, Social e Climático e Risco de Entidade. Além dos líderes de risco, os líderes das áreas de Compliance, Controles, *Senior Country Business Manager*, Diretor Estatuário de Ambiental, Social e Governança (‘ESG’) e o Diretor Financeiro também são membros do Comitê.

3. Comitê de Controle Internos Brasil - “LCC”

O LCC é liderado pela equipe de Controles e tem representantes das áreas de Risco, Recursos Humanos, *Senior Country Business Manager*, Compliance, Diretoria Financeira, Tecnologia, Operações, Jurídico, Auditoria Interna, assim como representantes das áreas de negócio.

4. Comitê de Auditoria Brasil - “COAUD”

O Comitê de Auditoria Brasil é composto por cinco membros, sendo três independentes e dois Diretores Executivos do JPMorgan Brasil.

¹ O JPMorgan Brasil engloba as seguintes entidades legais:

- Banco JP Morgan SA
- JP Morgan Corretora de Cambio e Valores Mobiliários SA
- JP Morgan SA Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
- JPMorgan Chase Bank, NA – São Paulo Brazil Branch
- Atacama Multimercado – Fundo de Investimento

Pergunta (B):

Descrição das responsabilidades atribuídas às instâncias identificadas no item (a), e do relacionamento entre elas.

Considerar, entre as atribuições, as formas de controle, a delegação de autoridade e a divisão de responsabilidades.

1. Reunião da Diretoria Executiva

Nesta reunião, a Diretoria Executiva revisa e aprova a criação e/ou atualização de políticas e procedimentos que incorporam o gerenciamento de riscos ambientais, sociais e climáticos, e documentos que incorporem esses riscos em sua elaboração, como por exemplo o Plano de Capital e o Plano de Contingência de Liquidez. A Diretoria Executiva, bem como outros funcionários com posições relevantes em áreas de negócio e corporativas, também é informada de qualquer questão de controles internos, auditoria ou planos de ação que impactem ou tenham origem nos riscos ambientais, sociais e climáticos, conforme sejam trazidos pelo BRC, pelo LCC ou pelo COAUD.

2. Comitê de Riscos Brasil - “BRC”

O *BRC* é responsável pela supervisão dos riscos associados às atividades do JPMorgan Brasil e a integração deles em nosso gerenciamento de riscos, o que inclui riscos de crédito, mercado, liquidez, país, operacional, reputacional e riscos ambientais, sociais e climáticos.

Outras responsabilidades incluem a revisão e atualização de políticas e procedimentos de risco, monitoramento dos níveis de apetite de risco, resultados de testes de estresse, resultados do plano de contingência de liquidez e plano de gerenciamento de capital, além de promover conscientização e supervisão sobre novos requerimentos regulatórios relevantes para a gestão de riscos, entre outros.

O *BRC* supervisiona riscos ambientais, sociais e climáticos e escala assuntos considerados mais relevantes para a alta administração via Reunião da Diretoria Executiva e outros Comitês, se necessário.

3. Comitê de Controles Internos Brasil - “LCC”

O Comitê de Controles Internos do Brasil é um órgão formal de governança que realiza a supervisão do risco operacional e do ambiente de controles, incluindo Risco Operacional e Riscos de Conformidade e de Conduta. Ele fornece suporte à plataforma operacional para revisar se os controles apropriados estão em vigor para gerenciar e mitigar o risco operacional em todas as linhas de negócio operando no Brasil. É um ponto-chave de escalonamento para incidentes de risco operacional e controle, incluindo revisões de controles, focando em lições aprendidas e planos de remediação.

O LCC do Brasil está focado em tópicos que requerem atenção local a nível sênior. Esses tópicos podem incluir, mas não estão limitados a, indicadores de riscos elevados ou emergentes, eventos de risco significativos e/ou programas de risco e *compliance* que estão em risco de não atender aos objetivos, prazos ou outros requisitos estabelecidos. Os membros do LCC do Brasil são responsáveis por escalar quaisquer tópicos que possam resultar em preocupações regulatórias e/ou impacto significativo no ambiente de controle.

4. Comitê de Auditoria Brasil - 'COAUD'

O COAUD é um órgão auxiliar da Diretoria Executiva, com o principal objetivo de assessorá-lo sobre suas funções, especialmente no que diz respeito ao monitoramento da qualidade, transparência e integridade das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, à eficácia dos sistemas de gestão de riscos e controles internos, ao desempenho das Auditorias Internas e Independentes, à detecção de possíveis deficiências nos controles, bem como à recomendação de melhorias quando aplicável. O COAUD deve analisar e relatar à Diretoria Executiva problemas ou falhas em processos capturados em auditorias internas ou externas relacionados a riscos ambientais, sociais e climáticos, que tenham impacto material no JPMorgan Brasil.

Pergunta (C):

Processo e frequência de recebimento, pelo CA e, na ausência deste, pela Diretoria, de informações relativas ao risco social, ao risco ambiental e ao risco climático, tendo em vista o descrito no item (b).

O J.P. Morgan Brasil não possui Conselho de Administração.

Questões relacionadas a riscos ambientais, sociais e climáticos são periodicamente revisadas na Reunião da Diretoria Executiva, conforme necessário, como atualizações de políticas e procedimentos ou novos requisitos regulatórios que impactam a franquia. Em cada reunião, é compartilhado um relatório de riscos que contém atualizações sobre as diversas categorias de risco, incluindo riscos ambientais, sociais e climáticos. Além disso, qualquer questão relevante relacionada a riscos, incluindo riscos ambientais, sociais e climáticos, é encaminhada para a Reunião, conforme apropriado.

O BRC supervisiona os riscos ambientais, sociais e climáticos por meio do monitoramento de um conjunto de relatórios que são revisados ao longo do ano, conforme definido na agenda do BRC; esses relatórios permitem o monitoramento contínuo das exposições que podem representar um risco elevado para as atividades comerciais do JPMorgan Brasil sob a perspectiva de riscos ambientais, sociais e climáticos. O BRC também supervisiona os testes de estresse climático e, trimestralmente, revisa os resultados em relação aos nossos limites de apetite de risco.

Por fim, o BRC é o fórum principal para supervisionar, revisar e encaminhar à Reunião da Diretoria Executiva quaisquer riscos ambientais, sociais e climáticos adicionais considerados necessários.

Pergunta (D):

Descrição dos critérios utilizados pelo CA e, na ausência deste, pela diretoria para assegurar a consideração do risco social, do risco ambiental e do risco climático, quando relevantes, nos processos de aprovação e revisão:

- dos níveis de apetite por riscos da instituição;
- das políticas, estratégias e limites de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital;
- do programa de testes de estresse;
- das políticas para a gestão de continuidade de negócios;
- do plano de contingência de liquidez;

- do plano de capital e do plano de contingência de capital; e
- da política de remuneração.

1 - Níveis de apetite por riscos da instituição

Os fatores de risco climático estão incluídos na estrutura de teste de estresse do JPMorgan Brasil, e os resultados dos testes de estresse são revisados em relação aos nossos níveis de tolerância ao apetite de risco trimestralmente pelo BRC. Os resultados são documentados nas atas do BRC e compartilhados na Reunião da Diretoria Executiva.

2 - Políticas, estratégias e limites de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital

A abordagem de gestão de risco climático do JPMorgan Brasil aproveita a estrutura de gestão de risco climático do JPMorgan Chase & Co. ("JPMorganChase" ou "a Matriz"), que descreve as ferramentas que a Matriz emprega para identificar, avaliar, gerenciar e quantificar os impactos potenciais do risco físico e de transição, que considera também como fatores de cada um dos seus quatro tipos principais de risco (Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional). As políticas locais de gestão de risco que alavancam a estrutura de gestão global de risco climático são revisadas pelo menos anualmente e submetidas à Reunião da Diretoria Executiva para aprovação.

3 - Programa de testes de estresse

O documento do programa de teste de estresse faz parte da estrutura de gestão de risco do Brasil e descreve as metodologias de teste de estresse utilizadas pelos tipos de risco, incluindo a consideração de cenários adversos de risco climático; este documento é revisado pelo menos anualmente e submetido à Reunião da Diretoria Executiva para aprovação.

4 - Políticas para a gestão de continuidade de negócios

A Matriz possui uma política de resiliência global que propõe estratégias de recuperação para lidar com vários cenários de interrupção, incluindo aqueles derivados de eventos climáticos extremos. Essa política é anualmente compartilhada e aprovada pela Reunião de Diretores Executivos para atender à resolução CMN 4557/17 ("RCMN 4557"). Além disso, os planos de continuidade de negócios são revisados anualmente, e os cenários são testados tanto do ponto de vista dos negócios quanto de tecnologia.

5 - Plano de contingência de liquidez

Os impactos dos riscos ambientais, sociais e climáticos na liquidez do JPMorgan Brasil são baixos, considerando o perfil de liquidez; no entanto, impactos climáticos adversos são continuamente monitorados por meio da estrutura de estresse de risco de liquidez.

6 - Plano de capital e do plano de contingência de capital

Os resultados dos testes de estresse climático são fornecidos à Equipe Financeira para a realização do plano de capital anualmente.

7 - Política de remuneração

O JPMorganChase oferece programas de compensação e benefícios competitivos com o mercado. A filosofia de compensação do JPMorganChase inclui princípios orientadores que direcionam as decisões relacionadas à compensação em toda a empresa, e inclui: práticas de pagamento por desempenho projetadas para atrair e reter talentos; responsividade e alinhamento com os interesses dos acionistas; e reforço da cultura do JPMorganChase. A Matriz segue uma estrutura de compensação disciplinada e equilibrada, incluindo a integração de considerações de risco, controles e conduta. Os processos de revisão de compensação buscam garantir que os funcionários sejam pagos de forma justa e competitiva pelo trabalho que realizam. Conforme descrito na Política de Igualdade de Oportunidades, Anti-Discriminação e Anti-Assédio, o JPMorganChase também está comprometido em fornecer igualdade de oportunidades de acordo com a legislação local aplicável em todas as áreas de gestão de pessoas, incluindo recrutamento, emprego, atribuição, transferência, promoção, compensação, benefícios e treinamento. As políticas e práticas de remuneração são consistentes com esse compromisso e proíbem a discriminação com base em gênero ou qualquer outra característica pessoal protegida pela legislação local aplicável ou pelo Código de Conduta.

Pergunta (E):

Formas de monitoramento pelo CA e, na ausência deste, pela diretoria dos objetivos estratégicos e, se aplicável, das metas da instituição relacionados a aspectos sociais, ambientais e climáticos.

Localmente, não temos metas formalmente estabelecidas em relação aos aspectos ambientais, climáticos e sociais. Entre 2020 e 2023, a Matriz publicou metas para promover o crescimento econômico sustentável. Entre essas, destacamos as seguintes:

- 1) Financiar e facilitar US\$ 2,5 trilhões ao longo de um período de 10 anos (2021-2030) para ajudar a promover soluções climáticas de longo prazo e contribuir para o desenvolvimento sustentável, incluindo uma meta de financiar e facilitar US\$ 1 trilhão para apoiar o desenvolvimento e a ampliação de iniciativas climáticas até 2030.
- 2) O JPMorganChase oferece aos clientes soluções de consultoria holísticas, utilizando *insights* baseados em ciência, análise orientada por dados e expertise técnica e ambiental. Ajudamos os clientes a alcançar seus objetivos de descarbonização, compreendendo suas características regionais e de negócios. Até o momento, estabelecemos globalmente nove metas de financiamento alinhadas ao *net-zero* para oito setores (Petróleo e Gás, Energia Elétrica, Fabricação de Automóveis, Aviação, Transporte Marítimo, Ferro e Aço, Cimento e Alumínio). O gerenciamento das metas alinhadas ao *net-zero* é realizado de forma global, reconhecendo que seus clientes estão em diferentes pontos de suas jornadas de transição e têm modelos de negócios diferentes, dependendo dos mercados e das estruturas políticas jurisdicionais em que operam.

3) A Matriz se esforça para gerenciar o impacto ambiental de suas próprias operações, incluindo seu patrimônio imobiliário e cadeia de fornecedores. Sua abordagem inclui gerenciar sua pegada de energia e carbono, construir e operar edifícios mais sustentáveis e implementar práticas reconhecidas em suprimento sustentável e gestão de recursos. A estratégia da Matriz para gestão da pegada de energia e carbono é guiada pelo conceito de hierarquia de mitigação de gases de efeito estufa, projetada para priorizar ações com o maior potencial de impacto na redução de emissões.

O JPMorganChase possui processos e procedimentos para identificar certos modelos de negócios de clientes com altas concentrações de riscos ambientais e sociais que têm o maior potencial de impacto reputacional. Temos estruturas também que incluem atividades restritas relacionadas ao meio ambiente e a direitos humanos. Quando necessário, a é realizado uma diligência aprimorada sobre a abordagem adotada por um cliente, e a capacidade e histórico para gerenciar os riscos relevantes às suas atividades, incluindo as políticas, governança, gestão de riscos e abordagens de engajamento de partes interessadas da empresa. Os resultados da diligência local são escalados para o BRC, conforme necessário.

Como essas metas, processos e políticas são estabelecidos e geridos em nível global, eles são periodicamente monitorados em fóruns globais específicos e relatados no [Relatório Ambiental, Social e de Governança](#) e no [Relatório Climático](#) do JPMorganChase.